

## FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DO CONTADOR-PROFESSOR NO ENSINO SUPERIOR

### PEDAGOGICAL TEACHER TRAINING IN HIGHER EDUCATION

Doriane Braga Nunes Bilac<sup>1</sup>  
Denize de Barros Capuzzo<sup>2</sup>

#### RESUMO

Os contadores que atuam como professores no ensino superior de contabilidade devido à sua formação técnica, necessitam de formação pedagógica para que seu trabalho docente possa ser eficiente na produção do conhecimento, dentro do paradigma da aprendizagem social. Tal observação contribuiu para a formalização do seguinte questionamento: a formação pedagógica para a docência universitária se faz presente no contexto de qualificação dos contadores/professores do curso de Ciências Contábeis da Faculdade ITOP? Embasada no pensamento de Masetto (2015); Zabalza (2004); Cunha (1998, 2000); Anastasiou (2002), foi estabelecido como objetivo geral descrever a formação pedagógica dos contadores/professores do curso de Ciências Contábeis da Faculdade ITOP e, como objetivos específicos: caracterizar a trajetória de formação dos docentes analisados; identificar os cursos de formação realizados; comparar a qualificação realizada com a formação pedagógica necessária para a prática docente. A metodologia desenvolvida com 4 contadores/professores do curso de Ciências Contábeis da Faculdade ITOP, Palmas/TO, foi classificada em qualitativa, documental e descritiva. Os dados foram coletados no Currículo Lattes dos pesquisados, ao observar os campos: titulação e formação complementar. Os resultados indicam que os professores Bacharéis em Ciências Contábeis, após ingressarem no ensino superior, realizaram cursos de especialização e de qualificação como: elaboração de provas, prática docente, formação de tutor, contabilidade. Conclui-se que os contadores/professores buscaram formação didática, mas priorizaram a formação específica, nesse sentido, investiram mais para a carreira de contador e não para a carreira de professor.

**Palavras-chave:** Formação Pedagógica. Docência. Contador/Professor.

#### ABSTRACT

Accountants who act as teachers in accounting higher education due to their technical training need pedagogical training so that their teaching work can be efficient in the production of knowledge within the paradigm of social learning. This observation contributed to the formalization of the following question: does the pedagogical training for university teaching take place in the context of the qualification of the accountants/ professors of the Accounting Sciences course of the ITOP Faculty? Based on the thinking of Masetto (2005, 2015); Zabalza (2004); Cunha (1998, 2000); Anastasiou (2002), was established as general objective to describe the pedagogical training of accountants/ professors of the course of Accounting Sciences of ITOP Faculty and, as specific objectives: to characterize the training trajectory of the analyzed teachers; identify training courses; to analyze whether the qualification carried out

<sup>1</sup> Estudante do curso de Pós-Graduação Profissional em Educação na UFT. E-mail: doribilac@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Educação (2012) e mestrado em Psicologia (2002) pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal do Tocantins.

reflects a pedagogical training. The methodology developed with 4 accountants/professors from the Accounting Sciences course of the ITOP Faculty, Palmas / TO, was classified in qualitative, documentary and descriptive. The data were collected in the Curriculum Lattes of the respondents, when observing the fields: titling and complementary training. The results indicate that the Bachelor's degree in Accounting Sciences, after entering higher education, carried out specialization and qualification courses such as: preparation of tests, teaching practice, tutor training, accounting. It is concluded that accountants / teachers sought didactic training, but prioritized specific training, in this sense, invested more for the career of accountant and not for the career of teacher.

**Key-words:** Pedagogical Training. Teaching. Accountant / Teacher.

## INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos a formação para a docência universitária foi objeto de atenção de estudos de muitos pesquisadores tais como: Masetto (2015); Zabalza (2004); Cunha (1998, 2000); Tardif (2008); Pimenta e Anastasiou (2002); Castanho (2000); Anastasiou (2013) porque essa formação constitui uma das principais estratégias para qualificar o sistema de ensino.

Portanto, discutir a docência para a educação superior, neste artigo, não é novidade. Por sua vez, a preocupação das instituições de ensino com a qualificação e implementação de política institucional de formação pedagógica para os professores universitários (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002), com a conscientização dos professores universitários de que o exercício da profissão docente exige qualificação própria (MASETTO, 2015), com a qualidade da docência que praticam (ZABALZA, 2004); com a qualidade da educação universitária (BRASIL, 2004); com as novas atribuições das instituições de ensino (PERRENOUD, 1993), com a oferta de conhecimento básico e, ao mesmo tempo com a instrumentalização do aluno para que possa atribuir significados à informação (SAVIANNI, 1999) e a obter competências diversas (LIBÂNEO, 1998); com a valorização e desvalorização social do professor (HORTALE; HARTZ, 2004); com a exigência do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por Educação Continuada de seus filiados (CFC, 2017), a questão da formação pedagógica para professores universitários volta à cena como objeto de análise, especialmente quando outros estudos (PIMENTA, 2002); mostram que os professores não estão sendo bem preparados para enfrentar no cotidiano da sala de aula os desafios da prática docente, pois além do conhecimento técnico necessitam de saberes pedagógicos (filosóficos, epistemológicos, psicológicos, institucionais, culturais, metodológicos, didáticos e avaliativos) que lhes garantam o saber fazer e o saber ser.

É necessário, portanto, que o professor reconheça os diferentes elementos que compõe a prática docente, os diversos referenciais interpretativos para compreendê-la, a concreta interação que há entre professores, alunos e conhecimentos em contextos singulares e o diálogo que deve haver entre o pensamento cotidiano e o científico.

Ao reconhecer esses elementos, o professor, poderá contribuir para o desenvolvimento autônomo e emancipador dos acadêmicos, bem como ampliar sua atuação e compreensão da docência. Por isso, não basta ter apenas o domínio do conteúdo técnico e da replicação de técnicas pedagógicas experienciadas na Graduação e Pós-Graduação. É preciso ampliar os significados e sentidos da prática docente através da reflexão (sobre o fazer, o como fazer e o porquê fazer ) e da formação pedagógica adequada.

No caso do contador professor, este ao iniciar a docência, terá como referência para realizar a sua ação docente (repassar aos acadêmicos sua experiência profissional e conteúdos técnicos) as práticas adotadas pelos seus ex-professores porque a matriz curricular dos cursos de Ciências Contábeis em território brasileiro não contempla disciplinas da área pedagógica. Assim, com essa atuação docente e empírica, estes profissionais necessitam de formação adequada haja vista que um professor bacharelado em contabilidade que busca uma formação para atuação docente compreenderá que ser professor é muito mais que apenas dar aula e aplicar provas, é uma profissão com saberes específicos.

É essa compreensão de atuação docente que leva ao seguinte questionamento: a formação pedagógica para a docência universitária se faz presente no contexto de qualificação dos contadores/professores do curso de Ciências Contábeis da Faculdade ITOP?

Ao responder essa indagação procura-se alcançar os objetivos definidos nesse estudo. Como objetivo geral busca-se descrever a formação pedagógica dos contadores/professores do curso de Ciências Contábeis da Faculdade ITOP e, como objetivos específicos: (1) caracterizar a trajetória de formação dos docentes analisados; (2) identificar os cursos de formação realizados; (3) analisar se a qualificação realizada reflete uma formação pedagógica.

## **A FORMAÇÃO PROFISSIONAL/TÉCNICA DO CONTADOR/PROFESSOR**

O homem como um sujeito de intervenções em seu contexto inventa instrumentos e utiliza diferentes recursos para prover suas necessidades e produzir saberes, como também transforma as maneiras de viver e o ambiente onde vive através de métodos e técnicas que

produzirão o resultado desejado. Ao fazer-se em desenvolvimento gerou o trabalho e a cultura associados ao refazer da sua própria história e do respectivo período temporal.

A contabilidade, como área de conhecimento, sempre esteve associada ao progresso do homem. E, por isso, há momentos que é interpretada como um saber e, em outros, como um instrumento de controle da riqueza possuída e administrada (GOMES, 1986). Enquanto saber houve período que procurou demonstrar a cientificidade da contabilidade (Escola Italiana) e outro que a demonstrava como um, instrumento prático e útil à diferentes usuários na estrutura da sociedade capitalista (Escola Norte-Americana) (SCHMIDT, 2000).

Esses processos de transformação e a busca por profissionais capacitados teve como conseqüências as mudanças na legislação contábil/comercial/econômica e a melhoria da formação dos profissionais de contabilidade.

No sistema educacional, a contabilidade no Brasil tem seu desenvolvimento iniciado no século XIX com disciplinas técnicas (Economia Política, Cálculo de Probabilidades, Contabilidade) ofertadas por instituições de ensino da época e, posteriormente, pelo Decreto nº 1.339, de 09 de janeiro de 1903, com curso específico ofertado no período de três anos para formar os “guarda-livros”, como foi o caso, em 1902, da Escola de Comércio Álvares Penteado (FAVERO, 1987).

Para Laffin (2002, p. 72) esses cursos no ensino comercial recebiam poucos investimentos para sua oferta, eram visados pelos profissionais liberais e funcionários públicos, eram essencialmente práticos e se “constituíam de uma vocação para o comércio privado de ensino” pois objetivavam transmitir simplesmente a técnica de escrituração das transações econômicas realizadas pelos comércio local e repartições públicas.

Satisfeitos os anseios e a demanda de uma classe social em ascendência e que vislumbrava nessa área de ensino um *status*, o poder público promulgava sua utilidade assistencialista de duas formas: pouco investia nessa área de ensino pela sua natureza prática e, de forma ideológica, investia nos conceitos do “saber fazer”, em detrimento do “aprender a refletir” que atendiam aos interesses da dominação vigente. Tem início aí a habilitação para o trabalho e a inabilidade da cidadania para o pensar e para o agir. [...] a organização do ensino comercial que se buscava foi frustrada, e o que resultou foi apenas o restrito reconhecimento de utilidade pública dessas escolas e o reconhecimento dos diplomas emitidos (LAFFIM, 2002, p. 72).

A regulamentação do Ensino Comercial, em nível básico e superior, aconteceu com a publicação do Decreto nº 17.329, de 28 de maio de 1926. Os cursos básicos denominados de “Curso Geral”, com duração de quatro anos habilitavam para a função de guarda-livros e perito judicial e empregos de fazenda. Eram ofertadas disciplinas de formação humanística e para a

prática da contabilidade tais como: português, francês, inglês, aritmética, álgebra, geometria, história, ciências naturais, noções de direito civil e comercial, legislação da fazenda e aduaneira, prática jurídico-comercial, caligrafia, estenografia, desenho e escrituração mercantil. Já no curso intitulado “Superior”, com duração de três anos, conferia a seus formandos o título de bacharéis em Ciências Econômicas-comerciais e, estes, poderiam atuar em serviços do Ministérios das Relações Exteriores, bancos e grandes empresas comerciais. As disciplinas ofertadas transmitiam e reproduziam, através da retórica do discurso, o conhecimento já disseminado e eram: geografia comercial e estatística, história do comércio e da indústria, tecnologia industrial e mercantil, direito comercial e marítimo, economia política, ciência das finanças, contabilidade do estado, direito internacional, diplomacia, história dos tratados e correspondência diplomática, alemão, italiano ou espanhol, matemática superior, contabilidade mercantil comparada e banco modelo (LAFFIN, 2002). Esses cursos sofreram críticas por não alcançarem os objetivos para os quais foram propostos.

O curso de Contabilidade, ministrado nas escolas de comércio, além de não satisfazer completamente as nossas necessidades, é quase de um modo geral ministrado com pouca eficiência, visto a dificuldade de se encontrar bons professores, além de outras circunstâncias, tais como: grande número de alunos em cada classe, falta de uma boa disciplina e deficiência das aulas quanto ao seu sistema prático (LANARO JUNIOR, 1946, p. 26).

Assim, novas bases de estruturação do ensino comercial e o reconhecimento pelo Governo Federal das instituições que ofertavam esse tipo de ensino foram definidos com a publicação do Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931. Esse decreto também autorizava as instituições de ensino comercial ofertar os seguintes cursos: curso de admissão (um ano); curso propedêutico (três anos); cursos técnicos (secretário, guarda-livros- 2 anos, administrador-vendedor, atuário e perito-contador – três anos); curso elementar de auxiliar de escritório e curso superior de administração e finanças (três anos somente para os concluintes do curso técnico de Perito-Contador e de Atuária) (MARION, 2001).

Posteriormente, o curso de Perito-Contador passou a ser denominado de curso de Contador pelo Decreto nº 1.535, de 23 de agosto de 1939. Mas foi somente com o Decreto Lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945, que o curso de Ciências Contábeis e Atuariais foi classificado como de nível superior, possibilitando a criação em 26 de janeiro de 1946 da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativa da Universidade de São Paulo. Esse curso superior ofertado em quatro séries e em seu currículo estavam previstas disciplinas eminentemente técnicas, tais como: análise matemática, estatística, economia política, ciências

da administração, contabilidade geral, matemática financeira, estatística matemática demográfica, instituição de direito público e privado, ciências das finanças, organização e contabilidade industrial e agrícola, matemática atuarial, instituição de direito comercial e civil, finanças das empresas, organização e contabilidade bancária, técnica comercial, instituição de direito social, prática de processos civil e comercial, contabilidade pública, organização e contabilidade de seguros, revisões e perícia contábil, legislação tributária e fiscal (ROMANELLI, 1993). Isso evidencia a perspectiva do ensino voltado para o saber fazer, do professor técnico-conteudista originado na dimensão do mercado, do aprender fazendo. Assim, o ensino é regido pela lógica da racionalidade técnico-instrumental (LAFFIN, 2002).

Uma das consequências desses cursos superiores foi a classificação do profissional de contabilidade em duas categorias: Técnico em Contabilidade (nível médio - contabilista) e Bacharel em Contabilidade (nível superior- contador), com atribuições distintas (PASSOS, 2004).

Em 1951, a Lei nº 1.401 desmembrou os cursos de Ciências Contábeis e Atuariais, criando de maneira independente o curso de Ciências Contábeis, possibilitando aos concluintes receberem o título de Bacharel em Ciências Contábeis (KRAEMER, 2005).

Em 1960, surge o curso noturno, como reflexo do processo de democratização brasileira e como possibilidade do empregado estudante poder trabalhar durante o dia e, ao mesmo tempo, dedicar-se aos estudos à noite com a intenção de obter ascensão profissional (PELEIAS, 2006).

Na legislação do ensino, a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, criou o Conselho Federal de Educação e atribuiu a este a competência para definir o currículo mínimo e a duração do curso superior em Contabilidade. A estrutura curricular foi dividida em dois níveis: o ciclo de formação básica e ciclo de formação profissional (SILVA; MOURA, 2000).

Em termos de currículo dos cursos de Ciências Contábeis, o Parecer nº 397/62 dividiu os cursos de Ciências Contábeis em Ciclo de Formação Básica (Matemática, Estatística, Direito e Economia) e ciclo de formação profissional (Contabilidade Geral, Contabilidade Comercial, Contabilidade de Custos, Auditoria e Análise de Balanços, Técnica Comercial, Administração e Direito Tributário) (KRAEMER, 2005).

Em 5 de outubro de 1992, a Resolução CNE/CES nº 3 determina que a duração do curso em Ciências Contábeis deve ser de 2.700 horas/aula, e permite que cada IES organize seu currículo de forma mais autônoma e trace o perfil do profissional que deseja formar. O artigo 5º, § 1º, dessa Resolução, dispõe que

Art. 5º. – O curso de graduação em Ciências Contábeis terá uma duração mínima de 2.700 horas/aulas que serão integralizadas em um máximo de 7 (sete) anos e um mínimo de 4 (quatro) anos no caso de curso que seja ministrado no turno diurno e de 5 (cinco) anos no caso de curso ministrado no turno noturno”.

O parágrafo 1º. diz que a distribuição do total de 2.700 horas/aulas, com relação às categorias de conhecimento, deverá ser feita, de acordo com os critérios de cada instituição, dentro das seguintes faixas:

- a) Conhecimentos de Categoria I: de 15 a 25% - Conhecimentos de Formação Geral de Natureza Humanística e Social;
- b) Conhecimentos de Categoria II: de 55 a 75% - Conhecimentos de Formação Profissional;
- c) Conhecimentos de Categoria III: de 10 a 20% - Conhecimentos ou Atividades de Formação Complementar (CNE, 1992).

O novo currículo após a Resolução nº 3/1992 passou a contemplar disciplinas obrigatórias e eletivas classificadas em quatro categorias de conhecimento conforme descrito no Quadro 1.

Quadro 1 – Categorias de Conhecimento previstas na Resolução nº 3/1992

Categorias	Disciplinas Obrigatórias	Disciplinas Eletivas	
CATEGORIA 1 – Conhecimento de formação geral de natureza humanística e social, de 15% a 25%.	Lingua Portuguesa	Noções de Psicologia	
	Noções de Direito	Filosofia da Ciência	
	Noções de Ciências Sociais	Cultura Brasileira	
	Ética Geral e Profissional	Outras, a critério da Instituição	
Categorias	Conhecimentos obrigatórios de formação profissional básica	Conhecimentos obrigatórios de formação profissional específica	Conhecimentos eletivos
CATEGORIA 2 – Conhecimento de formação profissional, de 55% a 75%	Administração geral	Contabilidade geral	Contabilidade gerencial
	Economia	Teoria da contabilidade	Sistemas contábeis
	Direito Aplicado	Análise das Demonstrações contábeis	Contabilidade aplicada
	Matemática	Auditoria	Outras
	Estatística	Perícia Contábil	
		Auditoria\	
		Administração financeira e Orçamento empresarial	
		Contabilidade pública	
Categorias	Conhecimentos obrigatórios de formação instrumental	Atividades obrigatórias de natureza prática	
CATEGORIA 3 – Conhecimentos ou atividades de formação complementar, de 10% a 20%	Computação	Jogos de empresa	
		Laboratório contábil	
		Estudos de casos	
		Trabalho de fim de curso	
		Estágio Supervisionado	

Fonte: Adaptado de Silva e Moura (2000, p.10).

Vê-se que o ensino contábil está ancorado na concepção de sociedade que tem o mercado como eixo e totalidade da vida humana e, ao mesmo tempo, seu objeto de estudo, isto é, o patrimônio, é teorizado na dimensão econômica. Restrito ao fazer, o currículo de Ciências Contábeis, o curso, os professores e as instituições de ensino são considerados improdutivos no desenvolvimento de habilidades e competências que os acadêmicos necessitam possuir na

sociedade capitalista. Essa improdutividade decorre do desconhecimento que o contador/professor possui em relação as competências da atividade docente e sobre a construção da produção do seu trabalho. Também deriva da precarização, desqualificação e controle do trabalho do docente por entes superiores do ensino quando estes regulamentam os objetivos curriculares.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394, em 21 de dezembro de 1996, foi atribuído as IES a faculdade de “fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes” (MAIA, 2004, p.4). Também, foram descritos nos arts 43 ao 57 vários aspectos da Educação Superior como por exemplo: finalidade, mínimo de horas semanais que os docentes da rede pública devem cumprir. Essa norma estabelece o trabalho pedagógico e garante para todos uma educação de qualidade, mas na prática esses objetivos não são alcançados devido a falta de recursos nas instituições de ensino e o despreparo dos profissionais da educação.

No final da década de 1990, foi instituído o Exame de Suficiência – “provão” -por meio da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 853/99. Esse exame já estava previsto no Decreto Lei nº 9.295/46. Esse exame visava medir o desempenho dos técnicos em contabilidade e dos egressos dos cursos de graduação em contabilidade e, ao mesmo tempo, estimular as IES a reestruturar seus currículos. Esse exame começou a ser aplicado no ano de 2000 e era condição obrigatória para a obtenção de registro profissional, nos Conselhos Regionais de Contabilidade. Em 15 de dezembro de 2005 houve a suspensão desse exame. Em 2010, ele voltou a ser aplicado em território nacional (OLIVEIRA, 2010).

Em 3 de abril de 2001, o Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior instituiu o ensino a distância (EaD).

Para Ferreira (2004) apud Kraemer (2005), em 2004, foi expedida pelo Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior, a Resolução CNE/CES nº 10 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Ciências Contábeis. Essa diretriz reforçou a importância de elaboração de um projeto pedagógico que abrangesse os novos desafios da Educação Superior no campo de Ciências Contábeis, com a finalidade de colocar o aluno diante das transformações no mundo das organizações, buscando atender às expectativas do mercado profissional. Assim, o aluno deveria adquirir conhecimentos econômicos e financeiros, nacional e internacional, atendendo assim, a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade. Essa resolução dispõe que a carga horária mínima para



integralização do curso será de 3.000h, já incluído o estágio supervisionado e o tempo mínimo para completar o curso será de 4 anos. Classifica a estrutura curricular em três áreas:

- conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;
- conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado;
- conteúdos de Formação Teórico-Prática: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando *softwares* atualizados para Contabilidade.

Em 2007, a Resolução CNE/CES nº 02, de 18 de junho dispõe que a carga horária mínima para integralização será de 3.000 horas/aula e a duração mínima do curso será de 4 anos (CNE, 2007). O novo currículo tem a estrutura conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 - Componentes Curriculares por Eixo Temático apresentado pelo CFC

CATEGORIA DE CONHECIMENTO	DISCIPLINAS
<b>Conteúdos de Formação Básica</b>	Matemática
	Métodos Quantitativos
	Matemática Financeira
	Comunicação Empresarial
	Economia
	Administração
	Instituições de Direito Público e Privado
	Direito Comercial e Legislação Societária
	Direito Trabalhista e Legislação Social
	Direito e Legislação Tributária
	Ética e Legislação Profissional
	Filosofia da Ciência
	Metodologia do Trabalho Científico
	Psicologia Organizacional
Tecnologia da Informação	
<b>Conteúdos de Formação Teórico-Prática</b>	Estágio Supervisionado
	Trabalho de Conclusão de Curso
	Metodologia da Pesquisa
	Atividades Complementares
<b>Conteúdos de Disciplinas Optativas</b>	Contabilidade Aplicada as Instituições Financeiras
	Contabilidade Aplicada as Instituições de Interesse Social

	Contabilidade Aplicada ao Agronegócio
	Contabilidade Nacional
	Economia Brasileira
<b>Conteúdos de Formação Profissional</b>	Contabilidade Básica
	Estrutura das Demonstrações Contábeis
	Contabilidade Societária
	Teoria Geral da Contabilidade
	Perícia, Avaliação e Arbitragem
	Contabilidade Avançada
	Contabilidade de Custos
	Apuração e Análise de Custos
	Auditoria
	Controladoria
	Contabilidade e Orçamento Público
	Planejamento e Contabilidade Tributária
	Contabilidade Internacional
	Responsabilidade Social
	Análise de Projetos e Orçamento Empresarial
	Análise das Demonstrações Contábeis
	Empreendedorismo
	Mercado de Capital
	Finanças Empresariais
	Sistema de Informação Gerencial
Optativas (3)	

Fonte: CFC (2008, p. 13-15).

A partir da vigência da Lei nº 11.638 publicada no último dia útil de dezembro de 2007 e da Lei nº 11.941 de abril de 2009, migrando as normas contábeis brasileiras para o padrão contábil internacional (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) pelas companhias abertas brasileiras – Sociedade Anônimas (S/A), novas alterações foram introduzidas no ensino contábil e velhos paradigmas precisam ser quebrados dando lugar a idéias inovadoras, ou seja, “a questão do ensino *versus* aprendizagem deve se fundir na mesma sintonia, verificando as carências do sistema globalizado como um todo e encontrando soluções eficientes e eficazes” (CASTRO, 2009 *apud* OLIVEIRA, 2010, p. 25).

No desenvolvimento do processo de formação do contador que no futuro formará o professor de contabilidade não foi identificada nenhuma atividade que propiciasse perspectivas de trabalho no ensino. Portanto, a profissão de professor dá-se ao longo do tempo e o ingresso para ser professor de contabilidade ocorre mediante convite/concurso/rede de relacionamentos (MINARELLI, 1995). Também pode ser inferido que ser contador contribui para ser professor na medida que a atividade de ensino é vista como a execução prática das disciplinas do curso e, ao praticar a contabilidade o professor se sentirá mais seguro para exemplificar situações comerciais, administrativas, tributárias, trabalhistas, industriais, agrícola, orçamentária. Há uma complementação entre o fazer o e ensinar, contudo, deve ser destacado que nem sempre quem faz é um bom transmissor do que foi feito.

O Instituto Tocantinense de Educação Superior e Pesquisa Ltda (ITOP), em 2007, elaborou e encaminhou o Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em Ciências Contábeis ao Ministério de Educação e Cultura (MEC) com o fim de solicitar a autorização para o seu funcionamento.

Após análise documental e visita *in locu* o curso foi autorizado, na modalidade presencial, em dezembro de 2008 e, como consequência, em fevereiro de 2009 suas atividades foram iniciadas, no período noturno, com a oferta de 200 vagas semestralmente. O curso tem carga horária de 3.072h distribuídas em 38 disciplinas. Tem duração mínima de 4 anos e máxima de 7 anos (PPC, 2012).

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Faculdade ITOP a idéia de constituição desse curso aconteceu porque os empreendedores dessa instituição constataram um significativo número de pequenos e médios empreendimentos necessitando de informações sobre seu controle patrimonial, financeiro e econômico; carência técnica na área contábil no Estado do Tocantins como um todo e quantidade expressiva de órgãos públicos federais, estaduais e municipais, necessitando cada vez mais de soluções na área contábil para apoiarem suas atividades (PDI, 2012).

Segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), a proposta curricular implantada ao curso de Ciências Contábeis é baseada na teoria crítica do curriculum porque além de se preocupar com o que o aluno deve saber, também se preocupa com o que eles devem se tornar. Nesse sentido, procura equilibrar os conteúdos de formação humanística, técnica e profissional do egresso no que diz respeito á formação profissional do aluno, mesclando conhecimentos, competências, habilidades e valores éticos e morais necessários para o exercício da profissão e para a vida em sociedade (PPC, 2012).

A estrutura curricular atende a Resolução CNE/CES 10, de 16/12/2004 e está composta com disciplinas de formação básica, profissional e teórico-prático. O núcleo de conteúdos de Formação Básica destina-se a desenvolver as habilidades básicas de análise, interpretação, reflexão crítica e a utilização de raciocínio lógico, frente ao fenômeno contábil em suas diversas manifestações, integrando o estudante no campo e estabelecendo as relações da Contabilidade com outras áreas do saber. As disciplinas que compõem esse núcleo são: Matemática Aplicada, Matemática Financeira, Estatística e Métodos Quantitativos, Tecnologia da Informação e Comunicação, Comunicação e Expressão, Economia e Mercado Globalizado, Teoria Geral da Administração, Direito Comercial e Legislação Societária, Prática Trabalhista e Previdenciária,

Legislação Tributária, Psicologia das Organizações, Código de Ética Profissional e Filosofia, Metodologia Científica, Licitações Contratos e Convênios e Sociologia e Antropologia (CFC, 2009).

O núcleo de Formação Profissional capacitam o educando da Faculdade ITOP para planejar, controlar, quantificar, registrar e organizar informações financeiras, econômicas e patrimoniais das entidades do setor público e privado. Esse núcleo, também qualifica o aluno a enfrentar, como profissional, as transformações que o mundo contemporâneo apresenta. Esse núcleo é composto pelas seguintes disciplinas: Contabilidade Básica, Contabilidade Comercial, Estrutura das Demonstrações Contábeis I e II, Contabilidade Avançada, Contabilidade e Sistema de Custos, Contabilidade e planejamento tributário, Contabilidade aplicada ao setor público e orçamento público, Contabilidade ambiental e responsabilidade social, Contabilidade aplicada a outras empresas, Teoria Geral da Contabilidade, Perícia contábil e arbitragem, Gestão e análise de custos, Auditoria Empresarial, Auditoria e Prestação de Contas no Setor Público, Contabilidade gerencial e Controladoria, Análise das Demonstrações Contábeis, Gestão financeira e Orçamentária, Sistema Financeiro e Mercado de Capitais, , Contabilidade rural (PPC, 2012).

O núcleo de conteúdos de formação teórico-prático do curso, tais como: Estágio Supervisionado I e II, Laboratório Contábil I até o VII, Trabalho de Conclusão de Curso – TCC e Atividades Complementares, permite integrar o aluno ao mercado de trabalho, familiarizando-o com as ações que deverá realizar ao graduar-se em contabilidade. Priorizam as ações do aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser. Também proporciona o desenvolvimento de experiências práticas e científicas no campo da Contabilidade, a fim de melhor preparar o aluno para o exercício da profissão, aprimorando a sua capacidade criativa e a sua análise crítica. Portanto, é o momento em que se consolida o aprender a fazer (PPC, 2012).

Percebe-se que a Faculdade ITOP dispõe de diversos métodos para uma formação acadêmica e procura formar profissionais através de suas disciplinas desenvolvendo o domínio e habilidades com competências Inter Multidisciplinares.

O corpo docente está, nesse momento, constituído por 9 professores contratados, sendo 3 doutores, 4 mestres e 2 especialistas. Todos têm mais de três anos de experiência com a docência. Cabe destacar que além desse quantitativo há um professor voluntário com menos de dois anos de experiência na docência superior. Desse rol, 3 docentes são Bachareis em Ciências Contábeis e, portanto, contadores. A contratação desses professores acontece por indicação a partir da sua formação específica e da experiência profissional.

## ASPECTOS METODOLÓGICOS

A metodologia desenvolvida possibilitou classificar a pesquisa quanto aos objetivos em qualitativa e, em relação aos procedimentos técnicos em pesquisa documental e descritiva. Os sujeitos da pesquisa foram 4 contadores/professores do curso de Ciências Contábeis da Faculdade ITOP, localizada no município de Palmas, estado do Tocantins. Os dados dos docentes foram coletados na Plataforma Lattes- CNPq, no mês de fevereiro de 2019, ao observar os campos: titulação e formação complementar constante no Currículo Lattes dos sujeitos pesquisados. O instrumento de coleta de dados foi uma planilha do Excel. Os dados foram organizados em relação aos seguintes conteúdos: Formação Acadêmica, Pos Graduação *Latu e Strictu Sensu*, Formação Complementar e Tempo na Docência Superior, identificados no curriculum lattes dos sujeitos pesquisados. A análise busca estabelecer relações entre o dado obtido e outros fenômenos para em seguida vinculá-los com a teoria estudada.

## ANÁLISE DOS RESULTADOS

### O perfil dos docentes pesquisados

No Currículo Lattes dos quatro professores de contabilidade da Faculdade ITOP foi possível identificar e evidenciar no Quadro 3 a formação e atuação profissional dos sujeitos pesquisados.

Quadro 3 – Formação dos sujeitos pesquisados

Docente	Formação Acadêmica	Pos Graduação <i>Latu Sensu</i>	Pos Graduação <i>Strictu Sensu</i>	Formação Complementar	Exercício na Docência Superior
CAC	Bacharel em Ciências Contábeis	Especialização em regulação em saúde no sus; Especialização em auditoria, planejamento e gestão em saúde; Especialização em auditoria e pericia Contabil.	Mestrado Profissional em Educação (cursando)		É professor desde 2012
ASD	Bacharel em Ciências Contábeis	Especialização em Contabilidade Controladoria e Finanças.			É professor desde 1997
DBNB	Bacharel em Ciências Contábeis Administração Direito Tecnólogo em Processamento de Dados Pedagogia (cursando)	Especialização em planejamento educacional Especialização em auditoria	Mestrado em contabilidade avançada Doutorado em sociologia Mestrado Profissional em Educação (cursando)	Formação de Tutoria Prática Docente Ensino Superior Videoaulas TIC na EaD Elaboração de Prova	É professor desde 1995

	Graduação em Licenciatura Plena em Matemática				
RCO	Bacharel em Ciências Contábeis	Especialização em Contabilidade, Controladoria e Finanças (cursando)			É professor desde 2017

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Dos 4 (quatro) professores, 3 (três) são do sexo masculino e um (1) do sexo feminino. Todos têm como graduação o curso superior de Ciências Contábeis. Entre os professores com pós-graduação em nível de especialização dois estão realizando mestrado em Educação Profissional. Há um professor com formação em nível de doutorado. Com relação ao tempo de trabalho no ensino superior, cabe destacar que somente um professor tem experiência inferior a três anos de docência. Todos os professores desenvolvem atividades paralelas as do ensino, tanto no setor privado como no público.

A análise da formação acadêmica e atuação profissional dos professores pesquisados possibilitou identificar os seguintes elementos:

- O professor identificado como **CAC** no quesito de **formação acadêmica** colou grau em Ciências Contábeis no ano de 1999. Logo a seguir, isto é, no ano de 2001, finalizou o curso de especialização em Auditoria e Perícia Contábil. Em 2011, concluiu outra especialização intitulada Auditoria, Planejamento e Gestão em Saúde. Em 2014, especializou-se em Regulação em Saúde no SUS. Em 2018, iniciou o curso de Mestrado Profissional em Educação. No quesito da **atuação profissional**, o professor CAC trabalhou no período de 2000 a 2011 no Ministério da Saúde como consultor. A partir do final de 2011 passou a trabalhar na Secretaria Estadual de Saúde no TO como Gestor em Saúde Pública. Na docência do ensino superior começou a atuar em 2012 na Faculdade ITOP ministrando diversas disciplina na Graduação e na Pós-Graduação.
- O professor descrito como **ASD** na esfera da **formação acadêmica** colou grau em Ciências Contábeis no ano de 1997 e fez uma especialização em Contabilidade Controladoria e Finanças no ano de 2010. Na esfera da **atuação profissional** começou como docente do Ensino Fundamental no período de 1997 a 1998. Na docência do ensino superior começou a trabalhar no ano de 2001.
- O professor apresentado como **RCO** na esfera da **formação acadêmica** colou grau em Ciências Contábeis no ano de 2016 e está fazendo uma especialização em Contabilidade Controladoria e Finanças que iniciou no ano de 2018. Na esfera da **atuação profissional** começou como docente do Ensino Superior no ano de 2017.

- A professora **DBN** no âmbito da **formação acadêmica** colou grau em Ciências Contábeis no ano de 1996. Antes, havia cursado o Tecnólogo em Processamento de Dados finalizado em 1985. Depois, isto é, no ano de 2002, finalizou o curso de Direito. Posteriormente, no ano de 2002 terminou a Licenciatura Plena em Matemática. Em 2018, concluiu o curso de Administração. Em 2015 iniciou o curso de Pedagogia na modalidade EaD. Em 1996 fez a especialização em Auditoria. Em 1997, concluiu outra especialização intitulada Planejamento Educacional. Em 2001, concluiu o Mestrado em Contabilidade Avançada. Em 2014 finalizou o Doutorado em Sociologia. Em 2018, iniciou o curso de Mestrado Profissional em Educação. No âmbito da **formação complementar** está cursando em 2019 Formação de Mediadores Pedagógicos Digitais para EaD; cursou em 2017 Formação de Tutores; em 2016 Prática Docente no Ensino Superior; em 2014, Gravação de Videoaulas; em 2013 Tecnologias e Mídias Aplicadas a EAD/UAB; em 2013, Tutoria em EaD; em 2009 Elaboração de Provas. No âmbito da **atuação profissional**, a professora DBN trabalhou no período de 1997 até hoje no ensino superior na modalidade EaD e presencial; de 1995 até 2010 foi professora do Ensino Fundamental e Médio; de 1988 a 1997 foi bancária e de 1987 a 1988 foi programadora.

Ao analisar a formação acadêmica com a atuação profissional percebe-se que vigora no ensino superior em estudo os seguintes critérios: “quem sabe, automaticamente sabe ensinar”, “não há necessidade de formação no campo de ensinar”, “é suficiente o domínio de conhecimento específico” e “o que identifica a docência é o exercício profissional no campo” (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002, p. 36). Constatado esses aspectos e considerando as necessidades de formação de alunos e professores, é preciso que os docentes assumem o compromisso de melhorarem a qualidade da docência que praticam através da educação ao longo da vida, reconheçam que o ato de ensinar tem uma dimensão pedagógica e didática que requer atenção, cuidado e estudo e que as instituições de ensino se comprometam com o oferta de formação pedagógica que aprimore a capacidade dos professores de ensinar (ZABALZA, 2006, p. 5). Após a concretização desses compromissos o professor poderá ser definido como o “companheiro cognitivo” (SPELLER; ROBL; MENEGHEL, 2012, p. 89).

### **A formação do contador/professor**

Historicamente, no âmbito da educação brasileira, exigia-se apenas o título universitário para o exercício da carreira docente do magistério superior. Portanto, não havia obrigatoriedade da formação pedagógica. A partir da década de 70 documentos que tratam da formação do professor na educação superior foram lançados tais como: I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG-1974), II Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 1982-1985), Lei nº. 10.861 do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES; o Instrumento de Avaliação Institucional Externa, 2010; Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância (2012; 2015). Na esfera internacional, a Declaração de Bolonha (1999) levanta a questão da formação pedagógica do professor, apontando necessidade dessa pauta no contexto universitário.

Essa pauta foi incluída mas a ideia da formação estava vinculada a visão não profissional pois o “ensinar se aprende ensinando” (ZABALZA, 2004, p. 107-108) e, também, à visão do cidadão produtivo que devia ensinar o aplicável e útil.

[...] a formação de profissionais se resume à transmissão rápida de conhecimentos, habilitação rápida para graduados que precisam entrar rapidamente no mercado de trabalho, restringindo-se o papel da universidade ao treinamento, ao adestramento [...] (ANASTASIOU, 2002, p. 178).

Portanto, tem-se a ideia de que para ser docente não é preciso preparar-se, não sendo necessários conhecimentos específicos, mas somente experiência e vocação, haja vista que para atuar nos cursos as instituições de ensino procuravam profissionais “renomados, com sucesso em suas atividades profissionais e os convidavam a ensinar seus alunos a serem tão bons profissionais como eles (MASETTO, 1998, p. 10-11)”.

Entretanto, Masseto (2012, p.15) destaca que

professores universitários começaram a se conscientizar de que seu papel de docente do ensino superior, como o exercício de qualquer profissão, exige capacitação própria e específica que não se restringe a ter um diploma de bacharel, de mestre ou doutor, ou apenas o exercício de uma profissão. Exige isso tudo e competência pedagógica, pois ele é um educador, alguém que tem a missão de colaborar eficientemente para que seus alunos aprendam. Esse é seu ofício e compromisso. Para desempenhar bem esse papel, o professor necessita de uma formação pedagógica.

Em relação aos professores analisados, ações diversificadas foram adotadas por esses contadores em relação à sua qualificação, abrangendo cursos de especialização, mestrado, doutorado, além de cursos de curta duração tais como: elaboração de provas, formação de tutores, prática docente, contabilidade pública, contabilidade. Essas ações foram realizadas após iniciarem o exercício da docência. Tal fato pode ter várias explicações como por exemplo:



obter titulação, garantir progressão na carreira, participar de processo seletivo. Independente do motivo percebe-se que os professores analisados a partir do momento que foram inseridos no universo do ensino superior, buscaram formação didática, mas priorizam a formação específica.

Segundo Laffim (2002, p.116) os professores de contabilidade normalmente buscam recursos instrumentais com o fim de aprender a “como dar aulas”, como “avaliar o aluno” e como “motivar o aluno a aprender” por acreditarem que com essas informações poderão realizar as atividades de ensino e estarão qualificados para o trabalho docente. Também destaca que a primeira abordagem que o professor de contabilidade tem com os conteúdos pedagógicos geralmente acontece nos cursos de pós-graduação já que no curso de graduação onde os professores de contabilidade pesquisados foram formados há uma “rigidez técnica dos conteúdos” como também uma “impermeabilidade de conhecimentos relativos à ampla formação do homem contemporâneo”.

Assim, compete “à educação organizar espaços e tempos formais para uma formação sistemática, atenta às necessidades de cada profissão, mas sem ignorar as dimensões plenas da vida humana e do exercício profissional no mundo dos homens” (MARQUES, 1992, p. 50)

Foi percebido pelas datas de conclusão dos cursos que os professores investiram para a carreira de contador e não para a carreira de professor. Para Huberman (1992, p. 38) o desenvolvimento de uma carreira é um processo e não uma série de acontecimentos/fatores que interferem na escolha da profissão, tais como: necessidades pessoais, sentimentos, relacionamentos, práticas, idealismo. Para Nóvoa (1992) estar em formação implica um investimento pessoal, livre e criativo sobre os projetos próprios com vistas à construção de uma identidade profissional, isto é, de maneira de ser e de estar na profissão.

Em relação a Pos-Graduação *Stricto Sensu* cabe destacar que a região onde os professores residem é carente de vagas para cursos de mestrado e doutorado na área de contabilidade. Além desse aspecto são fatores restritivos à formação nesses níveis, a oferta restrita de vagas, o custo para deslocamento e do próprio curso, as exigências contidas nos editais e a necessidade de dedicação exclusiva aos estudos.

### **Contador ser professor: trajetórias**

Considerando o percurso de formação profissional baseado num currículo que teve início em 1945, revisado em 1945 e alterado em 1992 e 2009 sem a existência da especificidade

de formação para ser professor, mas sim contadores, o “virar professor” constitui um dos campos de atuação do contador e normalmente isso acontece por necessidade financeira (segunda atividade), para ser multiplicador, concurso público, convite ou como consequência de realização na carreira acadêmica. A decisão de ser professor também decorre de experiências realizadas na graduação como monitores, programas de incentivo à docência, substituição de professor, estágio e para ampliar conhecimentos.

Quando a decisão em ser professor decorrer apenas do fator econômico (bico, segunda atividade) implicará na ausência de investimentos na formação para ser professor; na não diferenciação das peculiaridades entre o trabalho docente e o trabalho do contador e na não identificação do “ser professor” mas sim do “ser contador”. Tudo isso contribui para inferir que hoje a pouca experiência profissional na área contábil não inibe a pessoa de vir a ser professor e, por isso, há um perfil de docentes menos qualificados haja vista que para ser professor não basta apenas ter conhecimento superficial da contabilidade, é preciso ter competência para transmitir o conhecimento, é preciso ter o domínio de técnicas para repassar o que já foi produzido.

Assim, para ser contador e para ser professor é necessário conhecer as especificidades de cada trabalho, já que esse conhecimento específico (teoria e prática) é indispensável para o desenvolvimento dessas atividades. Nesse sentido, não basta ter um dom, uma experiência profissional ou uma formação derivada do mono-conhecimento contábil é preciso estar provido de um estatuto epistemológico da categoria docente para que possa construir sua identidade de professor qualificado e atribuir significados aos resultados de seu trabalho. Deve fazer a atividade docente mas fazer sabendo como conduzir o trabalho pedagógico e as atividades de ensino. Essa percepção crítico-reflexiva deve possibilitar ao contador/professor a compreensão da unidade entre teoria e prática, da concepção de alunos, da relação dialética entre o saber contábil e o pedagógico, da identificação e reconhecimento do conjunto de atributos e qualidades que o professor deve possuir (liderança, dinamismo, controle emocional e comportamental, capacidade de síntese), da visão utilitarista do conhecimento contábil, do processo ensino-aprendizagem, dos métodos e critérios de avaliação, da objetivação dos conteúdos. Ao inserir essas reflexões na realização de sua atividade docente, o contador/professor poderá se reconhecer como um profissional intelectual e de transformações.

Assim, para pensar como sujeitos de transformação devem ter uma concepção plural de formação que supere o caráter utilitário e funcional do seu objeto de conhecimento, que

supere a racionalidade técnica presente nos procedimentos contábeis e que promova intervenções no seu próprio trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contabilidade como ciência sócio-econômica estuda e controla o Patrimônio (bens, direitos e obrigações de diversos entes), porém é através da amplitude de entendimentos sobre a sua configuração sucessiva que o contador poderá contribuir com o processo ensino-aprendizagem em contextos diversos. Assim, ao ampliar sua formação/qualificação técnico-formal, ampliará de forma substantiva a dimensão do seu trabalho no espaço institucional e possibilitará a substituição do modelo de homem operacional por uma concepção de homem parentético (RAMOS, 1984). Para que isso aconteça não cabem cursos de qualificação aligeirados e artificiais, mas um processo qualitativo de formação básica e conceitual, de vivências.

Esse processo formativo de saberes específicos e saberes pedagógicos/didáticos está de forma direta ou indireta prescrito em diversas legislações brasileiras com o fim de profissionalizar os professores para a ação docente e, como consequência, proporcionar aos alunos condições de um exercício comprometido e ético para a sua atuação no mercado.

No caso dos professores analisados foi identificado que todos estão procurando se qualificar com a realização de cursos de especialização ou de curta duração.

## REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. Construindo à docência no ensino superior: relação entre saberes pedagógicos e saberes científicos. In: ROSA, Dalva E. Gonçalves; SOUZA, Vanilton Camilo. **Didática e Práticas de ensino**: interfaces com diferentes saberes e lugares formativos. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 173-187.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Regulamento da Revista Brasileira de Pós-Graduação. Brasília: CAPES, 2004, vol.1. Disponível em: <[http://rbpg.capes.gov.br/images/stories/downloads/RBPG/Vol.1\\_1\\_jul2004\\_/143\\_166\\_documentos.pdf](http://rbpg.capes.gov.br/images/stories/downloads/RBPG/Vol.1_1_jul2004_/143_166_documentos.pdf)>. Acesso em: 20 fev.2019.

CASTANHO, S.; CASTANHO, M. E. L. M. (orgs.). **O que há de novo na educação superior**. Do projeto pedagógico à prática transformadora. Campinas: Papirus, 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. In. LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.151-204.

CUNHA, Maria Isabel da. **O professor universitário na transição de paradigmas**. Araraquara: JM Editora, 1998.

DECLARAÇÃO DE BOLONHA. **Declaração conjunta dos ministros da educação europeus**, assinada em Bolonha. Bolonha, 1999. Disponível em:<[http://www.ehea.info/Uploads/Documents/1999\\_Bologna\\_Declaration\\_Portuguese.pdf](http://www.ehea.info/Uploads/Documents/1999_Bologna_Declaration_Portuguese.pdf)>. Acesso em: 31 fev. 2019.

FAVERO. Hamilton Luiz. **O ensino superior de ciências contábeis no Paraná**. Dissertação de Mestrado FGV. Rio de Janeiro. 1987.

GOMES, Josir Simeone. A Linguagem Contábil Escola Italiana X Escola Americana. In: **Revista brasileira de contabilidade**. Brasília: CFC, n. 57 1986.

HUBERMAN, Michaël. O ciclo de vida profissional dos professores. In NÓVOA, António (org.) **Vidas de Professores**. Porto: Porto Editora, 1992.

LAFFIN, Marcos. **De Contador a Professor**: a trajetória da docência no ensino superior de Contabilidade. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2002.

LANARO JUNIOR, Salvador. O Estudo da Contabilidade no Brasil. In: **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília: CFC, jul, 1946.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?** São Paulo: Cortez, 1998.

MARQUES, Mario Osório. **A formação do profissional da educação**. Ijuí: Editora Unijuí, 1992.

MASETTO, Marcos T. **Docência na universidade**. Campinas: Papyrus, 1998.

MASETTO, M. T. Professor Universitário: um profissional da educação na atividade docente. In: MASETTO, M. T. **Docência na Universidade**. Campinas: Papyrus, 1998, p. 09-26.

MASETTO, M. T. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2015.

MASETTO, Marcos T. (org). **Inovação no Ensino Superior**. São Paulo: Loyola, 2012.

MINARELLI, José Augusto. **Empregabilidade**: o caminho das pedras - como ter trabalho e remuneração sempre. São Paulo: Gente, 1995.

PERRENOUD, Philippe. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação – perspectivas sociológicas**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Docência no Ensino Superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

PIMENTA, S. G. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 2008.

PDI. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. 2012. Disponível em:  
www.faculdadeitop.edu.br. Acesso em: 10 fev. 2019.

PPC. **Projeto Político Pedagógico do curso de Ciências Contábeis da Faculdade ITOP**. 2012. Disponível em: www.faculdadeitop.edu.br. Acesso em: 10 fev. 2019.

RAMOS, Alberto Guerreiro Ramos. Modelos de homem e teoria administrativa. In: **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: FGV, abril/jun. v.18 nº 2 p. 1-12 ,1984.

ROMANELLI. Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes.1993.

SAVIANI, Demerval. Os saberes implicados na formação do educador. In: BICUDO, Maria Aparecida; SILVA JUNIOR, Celestino Alves (Orgs.). **Formação do educador: dever do Estado, tarefa da Universidade**. São Paulo: Unesp, 1996.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Demerval. **Histórias das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 1999.

SCHMIDT, Paulo. **História do pensamento contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

SILVA, Antonio A.C.; MOURA, H.S. **Retrospectiva histórica do ensino superior de contabilidade no Brasil**. 2000.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. São Paulo: Vozes, 2008.

TARDIF, Maurice. **O ofício de professor**. São Paulo: Vozes, 2008.

ZABALZA, Miguel A. **O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas**. Tradução Ernani Rosa. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

ZABALZA, Miguel A. **La Didáctica Universitaria**. Disponível em:  
<file:///C:/Users/100695/Downloads/Dialnet-LaDidacticaUniversitaria-2553099%20(4).pdf>.  
Acesso em: 10 fev. 2019.